

EXAME DE PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA 2016/1

GABARITO E QUESTÕES COMENTADAS

INSTRUÇÃO: Responder às questões de 1 a 3 com base no texto a seguir.

TEXTO 1

01 A etimologia da palavra “cidadania” vem do latim *civitas*, cidade, tal como cidadão (*ciudadano* ou *vecino* no
02 espanhol, *ciutadan* em provençal, *citoyen* em francês). Nesse sentido, a palavra-raiz, “cidade”, diz muito sobre
03 o verbete. O habitante da cidade no _____ dos seus deveres é um sujeito da ação, em _____ ao sujeito
04 de contemplação, omissivo e absorvido por si e para si mesmo; ou seja, não basta estar na cidade, mas agir na
05 cidade. No mundo contemporâneo, a cidadania refere-se à qualidade de cidadão, indivíduo de ação estabelecido
06 na cidade moderna. A rigor, cidadania não combina com individualismo e com omissões individuais frente aos
07 problemas da cidade; a cidade e os problemas da cidade dizem respeito a todos.

08 No Brasil, nos léxicos da língua portuguesa que circularam no início do século XIX, observa-se bem a distinção
09 entre os termos “cidadão” (em português arcaico, *ciudadam*) e “fidalgo”, prevalecendo o segundo para designar
10 o indivíduo detentor dos _____ na sociedade; “cidadão” era uma maneira genérica de designar a origem e o
11 trânsito dos vassallos do rei nas cidades do vasto império português. Com a reconfiguração do Estado a partir de
12 1822, vários conceitos políticos passaram por um processo de ressignificação, e “cidadão” e “cidadania” entram
13 no vocabulário dos discursos políticos, assim como os termos “Brasil”, “brasileiros”, em oposição a “brasílicos”.

Fragmento adaptado de texto disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidadania#Hist.C3.B3ria>.

Acesso em: 12/02/2016

1) As palavras que completam correta e respectivamente as duas lacunas da linha 03 e a da linha 10 são

- A) cumprimento – contra-posição – privilégios
- B) comprimento – contra-posição – privilégios
- C) comprimento – contraposição – previlégios
- D) cumprimento – contra posição – previlégios
- E) cumprimento – contraposição – privilégios**

Comentário:

O primeiro passo para definir a grafia correta de um vocábulo é conferir o sentido deste no contexto. No caso de “cumprimento”, por exemplo, existem duas palavras que tem som aproximado e grafia e sentido distintos: “comprimento” e “cumprimento”. A primeira tem a ver com medida, extensão (“Esta mesa tem 1m40cm de comprimento.”); a segunda é uma palavra polissêmica, relacionada à ideia de “realizar”, “completar”, etc. (“Ele agiu em cumprimento ao que a lei determina”). O contexto nos mostra que se trata do segundo caso, portanto a grafia correta é “cumprimento”.

“Contraposição” é um substantivo da família do verbo “contrapor”; como o verbo, deve ser grafada sem hífen, num vocábulo só. O mesmo se aplica a oposição/opor, reposição/repôr, posposição/pospor, anteposição/antepor e demais derivados do verbo “por”.

A palavra correta para preencher a terceira lacuna é “privilégios”, com “i” na primeira sílaba. Proveniente do Latim *privilegium*, no contexto em que está inserido, o vocábulo diz respeito a uma vantagem especial, uma regalia. A palavra “previlégios” não existe na Língua Portuguesa.

2) A qual pergunta é possível responder exclusivamente com as informações do texto?

- A) O que distingue os conceitos de cidadão no Brasil colonial e no mundo atual?**
- B) Qual a diferença entre “palavra”, “palavra-raiz” e “verbo”?
- C) No contexto do século XIX, qual o significado de “brasílico”?
- D) Por que se diz que o Estado foi reconfigurado em 1822?
- E) Que colônias compuseram o vasto império português?

Comentário:

A resposta à pergunta “O que distingue os conceitos de cidadão no Brasil colonial e no mundo atual?” encontra-se disseminada nos dois parágrafos do texto. Mais especificamente, o cidadão do mundo atual está descrito no primeiro parágrafo, a partir de “O habitante da cidade (linhas 03 a 07), e o cidadão do Brasil colonial (século XIX) está definido nas linhas 09 a 11).

Quanto às demais alternativas, incorretas, temos:

B) Percebe-se que as três palavras (“palavra”, “palavra-raiz” e “verbetes”) pertencem ao mesmo campo de significação, porém a diferença entre elas não está presente no excerto.

C) O texto diz que o vocábulo “brasílico” foi um termo utilizado no século XIX com sentido diferente de “brasileiro”, porém não o define.

D) Embora nosso conhecimento de História do Brasil nos dê esta resposta, ela NÃO se encontra no texto. É muito importante separarmos as informações – explícitas ou subentendidas – fornecidas pela leitura do nosso conhecimento de mundo.

E) O excerto faz menção ao vasto império português, entretanto não identifica as colônias que o compunham.

INSTRUÇÃO: Para resolver a questão 3, considere as afirmações a seguir, sobre o uso de “cidadania” e “cidadão” no texto, preenchendo os parênteses com V para verdadeiro e F para falso.

Ambas as palavras

- () assumiram o sentido atual no vocabulário do brasileiro após a independência do País.
- () devem sua origem ao latim que era falado no Brasil no século XIX.
- () implicam a ideia de ação contemplativa do homem em sociedade.
- () são usadas equivocadamente em discursos políticos.

3) O sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- A) V – V – F – F
- B) V – F – F – V
- C) V – F – F – F**
- D) F – V – V – V
- E) F – F – V – V

Comentário:

(V) O ano de 1822 marcou a reconfiguração do estado brasileiro e, em consequência, a ressignificação das palavras cidadão e cidadania (linhas 11 a 13).

(F) No Brasil colonial do século XIX, o que se falava era o português arcaico (linhas 08 e 09), e não o latim.

(F) O conceito de cidadão relaciona-se à ideia de “agir na cidade” (linha 05), não combinando com “omissões” (linhas 06 e 07), ao contrário da afirmativa “implicam a ideia de ação contemplativa do homem em sociedade.

(F) Segundo o texto, a partir de 1822, os vocábulos “cidadania” e “cidadão” passam por um processo de ressignificação, sendo incorporados no discurso político, mas o texto nada diz sobre essas palavras serem equivocadamente usadas.

INSTRUÇÃO: Responder às questões de 4 a 7 com base no texto 2.

TEXTO 2

01 A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da
02 vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da
03 tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro da sociedade. Por extensão, a cidadania

04 pode designar o conjunto das pessoas que gozam daqueles direitos. Assim, por exemplo, pode-se dizer que todo
05 brasileiro, no exercício de sua cidadania, tem o direito de influir sobre as decisões do governo. Mas também se
06 pode aplicar isso ao conjunto dos brasileiros, dizendo-se que a cidadania brasileira exige que seja respeitado
07 seu direito de influir nas decisões do governo. (...)

08 Em todos os Estados do mundo, a legislação estabelece exigências mínimas para que um cidadão exerça os
09 direitos relacionados com a vida pública. De certo modo, isso mantém a diferenciação entre cidadãos e cidadãos
10 ativos. O dado novo é que no século vinte, sobretudo a partir de sua segunda metade, houve o reconhecimento
11 de que muitas dessas restrições eram antidemocráticas, sendo, por isso, eliminadas. Um exemplo expressivo
12 dessa mudança é o que aconteceu com o direito de cidadania das mulheres. Em grande parte do mundo, e tam-
13 bém no Brasil, as mulheres conquistaram tanto o direito de votar quanto o de ocupar todos os cargos públicos,
14 eliminando-se uma discriminação injusta, embora ainda inexistam muitos efeitos na prática.

15 Por último, é importante assinalar que os direitos da cidadania são, ao mesmo tempo, deveres. Pode parecer
16 estranho dizer que uma pessoa tem o dever de exercer os seus direitos, porque isso dá a impressão de que tais
17 direitos são convertidos em obrigações. Mas a natureza associativa da pessoa humana, a solidariedade natural
18 característica da humanidade, a fraqueza dos indivíduos isolados diante do Estado ou o poder dos grupos sociais
19 são fatores que tornam necessária a participação de todos nas atividades sociais.

Fragmentos adaptados de artigo atribuído a Dalmo Dallari. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/deveres.htm>. Acesso em: 12/02/2016

4) Considerando as ideias do texto, é correto concluir:

- A) **O ser humano é, por natureza, gregário.**
- B) Cidadania é uma característica humana inata.
- C) Em seu aspecto ativo, ser cidadão implica mais deveres do que direitos.
- D) Cabe aos grupos sociais definir se o cidadão atuará individual ou coletivamente.
- E) O exercício pleno da cidadania é realizado por todos, independentemente de classe social.

Comentário:

Analisando cada alternativa, temos:

- A) Lembrando que “gregário” tem a ver com “agregação”, percebe-se que a veracidade desta afirmativa está indicada no trecho “Mas a natureza associativa ... da humanidade” (linhas 17 e 19). (Correta)
- B) A afirmativa “Quem não tem cidadania... sociedade” (linhas 02 a 04) já indica que nem todos são portadores dessa condição, o que elimina a possibilidade de ser uma característica inata. (Incorreta)
- C) O último parágrafo nos mostra que o exercício da cidadania implica direitos e deveres, mas não diz que estes são mais numerosos do que aqueles. (Incorreta)
- D) No primeiro e no terceiro parágrafos há referências à relação entre o individual e o social, mas não sobre o que é afirmado nesta alternativa. (Incorreta)
- E) Vários trechos do texto – principalmente no segundo parágrafo – mostram que houve e ainda há impedimentos ao exercício da cidadania. (Incorreta)

5) Se “Quem”, na linha 02, fosse substituído por “Aqueles que”, quantas palavras mais deveriam ser ajustadas para se manter a correção do período?

- A) Uma.
- B) Duas.
- C) Três.
- D) **Quatro.**
- E) Cinco.

Comentário:

Operada a substituição proposta, o período correto resultante é:

“Aqueles que não *têm* cidadania *estão marginalizados* ou *excluídos* da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.”

“Quem” e seu substituto “Aqueles que” são sujeitos dos verbos “ter” e “estar”. Em decorrência, o primeiro deve receber o acento circunflexo que marca o plural (“têm”) e o segundo deve assumir a forma plural “estão”. Os participípios “marginalizados” e “excluídos”, tendo valor de adjetivos, devem flexionar de acordo com a palavra que qualificam (“Aqueles que”).

As demais palavras/expressões permanecem invariáveis, porque “da vida social e da tomada de decisões” e “posição de inferioridade dentro do grupo social” não se relacionam diretamente com o sujeito “Aqueles que”.

6) Considerando certas formas verbais no texto, está **INCORRETA** a proposta de substituição e respectiva explicação presentes em:

- A) “dá” (linha 01) por “dão”, porque essa concordância verbal é opcional, no contexto.
- B) “dizendo-se” (linha 06) por “dizendo”, porque a indeterminação de quem “diz” já foi marcada anteriormente.
- C) “seja respeitado” (linha 06) por “se respeite”, porque são formas alternativas de expressar a ausência de agente.
- D) “sendo” (linha 11) por “e serão”, porque, no contexto, as opções são equivalentes em sentido.**
- E) “inexistam” (linha 14) por “não haja”, pois “haver”, quando usado com o sentido de “existir”, não flexiona no plural.

Comentário:

Analisando inicialmente a afirmativa INCORRETA, podemos dizer que a forma verbal de gerúndio (“sendo”, “fazendo”, “escrevendo”) traz consigo uma certa ambiguidade, que apenas o contexto pode desfazer. Ao dizermos, por exemplo, que “Os candidatos *devem/deverão* apresentar vários documentos, *sendo* o mais importante a carteira de identidade”, estamos querendo dizer que “Os candidatos *devem/deverão* apresentar vários documentos, e o mais importante *é* a carteira de identidade”. Na frase do texto, os verbos anteriores ao “sendo” (“houve” e “eram”) estão no pretérito, não havendo possibilidade de “sendo” ter valor de futuro.

Quanto às demais alternativas, temos o que segue:

- A) O sujeito do verbo em questão (“que”) retoma a ideia do antecedente (“um conjunto de direitos”), podendo o verbo concordar tanto com “conjunto” quanto com “direitos”. Nessa medida, a concordância é, realmente, opcional.
- B) O pronome “se” tem aqui a função de enfatizar a indeterminação do responsável pela ação de dizer, do mesmo modo que o “se” ocultou a identidade de quem realiza a ação de “aplicar” ou de “pode-se dizer”. Nesse contexto, portanto, o uso do pronome é facultativo.
- C) A voz passiva, que enfatiza a ação verbal em detrimento do agente (o qual pode estar explicitado ou não), pode se apresentar de forma ampliada (auxiliar + participípio do verbo = “seja respeitado”) ou reduzida (pronome “se” + verbo flexionado = “se respeite”), valendo, pois, ambas as formas.
- E) O verbo “haver” pode assumir vários sentidos. Quando equivale a “fazer” ou a “existir”, ele permanece sem flexão, por ser considerado impessoal.

7) Haveria **maior alteração** no sentido do texto, caso fosse suprimida a palavra ou expressão

- A) “Assim” (linha 04).
- B) “Mas” (linha 05).
- C) “é o que” (linha 12).
- D) “e” (linha 12).
- E) “Mas” (linha 17).**

Comentário:

A questão propõe suprimir algumas palavras e expressões do texto e analisar a eliminação que implicaria maior alteração no texto. Dentre as alternativas apresentadas, a única alteração que modifica significativamente o sentido é a E.

No contexto em que está inserida, a palavra “Mas” estabelece uma relação de oposição entre o que “Pode parecer estranho” (linhas 15 e 16), **mas** que é, na verdade, uma consequência lógica da natureza associativa das pessoas, portanto “natural”. A supressão desse nexos oracional transformaria o período em uma ilustração do que foi afirmado antes (ser estranho), acarretando prejuízos ao sentido por gerar uma incoerência no último parágrafo.

As demais propostas não representariam mudanças significativas ao sentido do texto:

“Assim” (linha 04) indica a conclusão da ideia anterior, culminando com um exemplo. A expressão “por exemplo”, que a segue, poderia assumir esse papel.

“Mas” (linha 05) é um elemento de ligação com valor de “adição”. A palavra “também” seria suficiente para expressar essa ideia. Da mesma forma, “e” (linha 12) poderia ser suprimido, visto que “também” expressa o mesmo sentido de adição.

A expressão “é o que” (linha 12), no contexto em que está inserida, é empregada para produzir ênfase. Sua supressão não causaria prejuízos ao sentido, embora o realce atribuído à ideia diminuísse.

INSTRUÇÃO: Responder às questões 8 e 9 com base no texto 3.

TEXTO 3

01 No Brasil, a Constituição Federal de 1988 situou a cidadania entre os princípios fundamentais da República,
02 redefinindo seu conceito com o intuito de garantir a real participação política de todos os cidadãos como forma de
03 construir uma sociedade livre, justa e solidária. No entanto, a formalização dos direitos/deveres de cidadania não
04 implicou, necessariamente, seu exercício efetivo. A imensa disparidade social criou ambiente propício ao
05 desenvolvimento de classes de cidadãos, ou seja, a sociedade brasileira se compõe de cidadãos que se colocam
06 acima de qualquer lei; de cidadãos que se sujeitam aos rigores e benefícios das leis; e, por fim, daqueles que
07 se encontram à margem da cidadania e têm seus direitos constantemente aviltados.

08 Dessa divisão totalmente injusta, surge a desconfiança sobre a real existência dos direitos de cidadania e das
09 condições mínimas de seu exercício por parte de seus titulares, que, em consequência disso, passam a ques-
10 tionar a legitimidade das instituições ligadas a estes direitos e a sua própria força em exigir garantias da plena
11 e efetiva observância das promessas inseridas na definição de cidadania. A profunda desilusão e a decorrente
12 apatia da maioria dos brasileiros devem ser convertidas em educação e ação no sentido de demonstrar que
13 a cidadania torna todo o cidadão protagonista na construção da sua própria história, aquele que toma o destino
14 em suas mãos e assume o dever cívico de participar solidariamente na edificação de um Estado genuinamente
15 Democrático de Direito.

Fragmento adaptado de *A cidadania é para todos. Direitos, deveres e solidariedade*, de Paula de Oliveira.
Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/subs/santoanastacio/institucional/artigos/>. Acesso em: 12/02/2016

8) Em relação ao sentido de determinadas palavras no texto, **NÃO** é correto afirmar:

- A) “intuito” (linha 02) é sinônimo de “objetivo”.
- B) “implicou” (linha 04) poderia ser corretamente substituído por “comprometeu”.**
- C) “sujeitam” (linha 06) equivale, em sentido, a “assujeitam”.
- D) “aviltados” (linha 07) opõe-se, em sentido, a “respeitados”.
- E) “titulares” (linha 09) e “protagonista” (linha 13) reforçam a mesma ideia.

Comentário:

Quanto à afirmativa INCORRETA, temos o que segue:

O termo “implicou” (linha 04) não poderia ser substituído por “comprometeu”. No contexto, “implicar” tem sentido de acarretar, e a substituição proposta provocaria uma incoerência no texto.

Analisando as demais alternativas, constatamos:

- A) Os vocábulos “intenção”, “objetivo” podem substituir “intuito” sem alteração de sentido, por serem sinônimos.

- C) “sujeitar-se” e “assujeitar-se” compartilham a ideia de submissão, equivalendo, no contexto, em sentido.
- D) “aviltado” é alguém que sofre uma vilania, um ato de grande desrespeito; portanto, “respeitado” e aviltado” são antônimos.
- D) “titulares” e “protagonista” reforçam a mesma ideia, qual seja, a de que o cidadão, com seus direitos garantidos, torna-se sujeito da ação, do questionamento e da participação.

9) Sobre o uso de certos sinais de pontuação no texto 3, é correto afirmar.

- A) Após “cidadãos” (linha 02) seria correto usar vírgula, mas outras alterações na frase se tornariam obrigatórias.
- B) Assim como ocorre com “necessariamente” (linha 04), o termo “genuinamente” (linha 14) deveria ser isolado por vírgulas.
- C) Caso fossem inseridas vírgulas entre as palavras “cidadãos” e “que” das linhas 05 e 06, as ideias iniciadas pelos pronomes se tornariam explicativas e a frase permaneceria correta e coerente.
- D) A vírgula da linha 08 justifica-se por marcar o deslocamento da expressão “Dessa divisão totalmente injusta” de seu lugar na ordem direta da estrutura.**
- E) A utilização de uma vírgula antes de “devem ser” (linha 12) marcaria uma pausa, tornando a frase mais enfática.

Comentário:

Está correta a afirmativa que justifica a vírgula que assinala um deslocamento (D). O segmento em que se encontra a expressão deslocada, na ordem direta, seria: “A desconfiança sobre a real existência dos direitos de cidadania e das condições mínimas de seu exercício por parte de seus titulares surge dessa divisão totalmente injusta”. O deslocamento da expressão adverbial de longa extensão, como no caso, exige que esta seja isolada do restante da frase por vírgula.

As incorreções das demais afirmativas assim se explicam:

- A) A vírgula após “cidadãos” (linha 02) estaria correta, porém não haveria necessidade de outras alterações.
- B) O termo “genuinamente” (linha 15) relaciona-se diretamente com a palavra “Democrático”, razão por que não poderia ser isolado por vírgulas.
- D) As ideias iniciadas pelos pronomes “que” qualificam os respectivos antecedentes, caracterizando-os e distinguindo-os. Por isso, não há possibilidade de torná-las explicativas sem incorrer em incoerência.
- E) A utilização de uma vírgula antes de “devem ser” (linha 12) separaria o sujeito do verbo, o que é sempre incorreto.

INSTRUÇÃO: Para responder à questão 10, releia os três textos e analise as afirmativas.

- I. O texto 1 dá ênfase aos aspectos diacrônicos do tema.
- II. O texto 2 propõe medidas para estimular o pleno exercício da cidadania.
- III. O texto 3 menciona a inércia de muitos cidadãos diante de injustiças sociais.
- IV. Os três textos exploram a relação entre direitos e deveres inerentes ao exercício da cidadania.

10) Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I e III.**
- C) II e IV.
- D) III e IV.
- E) I, III e IV.

Comentário:

A análise das afirmativas permite concluir que apenas I e III estão corretas pelas seguintes razões:

O texto 1 apresenta, nas linhas 04 a 07, um conceito atualizado de cidadania; no restante do texto, o tema é analisado sob a perspectiva histórica, ou seja, diacrônica. O texto 3 menciona, no segundo parágrafo, a divisão injusta entre as classes sociais, o que desilude o povo e leva a uma situação de apatia, inércia de muitos cidadãos brasileiros.

As afirmativas II e IV não se justificam pelos motivos abaixo explicitados:

O texto 2, para fins de exemplificação de restrições antidemocráticas do passado, cita a emancipação feminina, mas não **propõe** medidas para estimular o pleno exercício da cidadania. Essa proposta encontra-se no texto 3, entre as linhas 12 e 14.

Os textos 2 e 3 exploram a relação entre direitos e deveres inerentes ao exercício da cidadania. No texto 2, isso fica evidente principalmente no último parágrafo. Já no texto 3, a análise dessa relação permeia todo o texto, mas a discussão fica mais clara no segundo parágrafo, em que o autor afirma que a cidadania torna todo cidadão protagonista de sua própria história, assumindo o dever cívico de participar na edificação de um Estado Democrático de Direito. O texto 1 explora o conceito, a etimologia e a evolução do sentido do termo “cidadania”, mas não se debruça sobre a relação entre direitos e deveres.

REDAÇÃO

“A cidadania torna todo cidadão um protagonista na construção da sua própria história, aquele que toma o destino em suas mãos e assume o dever cívico de participar solidariamente na edificação de um Estado genuinamente Democrático de Direito.”

Paula de Oliveira, em *A cidadania é para todos*.

Com base no conteúdo dos textos desta prova e em seu conhecimento de mundo, reflita sobre a sua própria condição de cidadão. Você pode, por exemplo, considerar as questões seguintes:

Você se considera um cidadão na acepção plena da palavra?

Que características suas evidenciam que você é (ou ainda não é) um cidadão de plenos direitos?

De que forma você, como cidadão, pode atuar em benefício da sociedade em que vive?

Com base em suas reflexões, elabore um texto opinativo apresentando seu ponto de vista sobre o tema e sustentando-o com argumentos consistentes.

COMENTÁRIO DA REDAÇÃO

A proposta parte do discurso de Paula de Oliveira sobre cidadania (*A cidadania é para todos*) para solicitar ao candidato que reflita sobre sua própria condição, considerando as características de um cidadão de plenos direitos e sua atuação em benefício à sociedade. Nesse sentido, espera-se que o aluno, ao justificar sua condição,

apresente dados da realidade que o autorizem a afirmar ser ele ou não protagonista de sua própria história, levando em conta sua efetiva participação nas decisões que interferem no destino da comunidade e da sociedade como um todo. Espera-se, assim, que o candidato apresente ações que já realiza ou pode/pretende realizar de modo a contribuir para o bem coletivo. Também pode analisar o perfil do cidadão omissor, refletindo sobre as consequências dessa atitude para o futuro. Ao discorrer sobre o tema, questões sociais e políticas atuais poderão vir à tona para ilustrar a relação entre direitos e deveres, explorada nos textos da prova.